



Sementes do Messias: percursos do messianismo régio ibérico
(sécs. XIV-XVI)

Messiah seeds: routes of the Iberian royal messianism (XIV-XVI centuries)

Semillas del Mesías: rutas del mesianismo real ibérico (siglos XIV-XVI)

Jacqueline HERMANN¹

Resumo: Este texto discute alguns dos possíveis percursos do messianismo régio no mundo ibérico entre os séculos XIV e XVI. Através de vasto cancionero, poemas e textos de diversas naturezas, é possível identificar as raízes do messianismo régio surgido na ibéria desde o medievo, com desdobramentos na Época Moderna. Exemplo mais acabado de espera régia messiânica, o sebastianismo português nutriu-se dessas e de muitas outras fontes, e encontrou terreno fértil na dramática conjuntura política decorrente da derrota para os mouros em Alcácer Quibir.

Abstract: This paper discusses some of the possible routes of royal messianism in the Iberian world between the XIV and XVI Centuries. Through a vast songbook, poems and texts of various kinds it is possible to identify the roots of royal messianism as emerged in Iberia Peninsula in the Middle Ages, and its development in the Modern Period. The best example of royal messianic expectations, Portuguese Sebastianism, fed upon these sources amongst others, and found fertile ground in the dramatic political context which followed the defeat by the Moors in Alcácer Quibir.

Keywords: Iberian Peninsula – Judaism – Messianism – Sebastianism.

Palabras-chave: Península Ibérica – Judaísmo – Messianismo – Sebastianismo.

ENVIADO: 10.09.2015
ACEPTADO: 10.10.2015

¹ Professora Adjunta do Instituto de História da UFRJ (Site: <http://www.historia.ufrj.br>). E-mail: jacquehermann@uol.com.br. Esta pesquisa contou com o apoio do CNPq (Site: <http://www.cnpq.br>).

Este texto apresenta alguns dos possíveis percursos do messianismo régio português entre o medievo e a Época Moderna, consumado na espera sebastianista surgida em Portugal entre fins do século XVI e início do XVII. É mais um ensaio sobre algumas novas possibilidades de investigação do que resultado de novas fontes consultadas, pois pretendeu, tendo em vista o desafio da temática, ampliar o horizonte de análise além das fronteiras do reino português. Assim, e tendo como ponto de partida a crença sebástica, bem sabemos que o detonador do longo e complexo processo da transformação de um rei luso em possível Messias, aguardado por séculos no mundo luso-brasileiro – sem considerar os demais espaços coloniais portugueses – foi a trágica batalha de Alcácer Quibir, em 4 de agosto de 1578.

Considerada um erro pessoal de D. Sebastião, a decisão de comandar em pessoa seu exército teria confirmado o despreparo e a obstinação do rei na luta contra o infiel, projeto obsoleto e embasado na lógica de cruzada medieval, quando já ia avançada a Época Moderna. Depois do desastre, toda responsabilidade recaiu sobre o jovem monarca, considerado afoito, surdo aos apelos dos mais experientes, inconsequente quanto ao destino do reino, sem herdeiros diretos, pois aos 24 anos não tinha se casado. Além do trauma e da perda de boa parte da população masculina, presa ou morta no Norte da África, Portugal viu-se diante de uma crise sucessória de contornos inesperados e cujo resultado foi a submissão do reino à coroa espanhola a partir de 1580.²

Em minha primeira incursão mais aprofundada sobre o sebastianismo português, procurei inserir D. Sebastião no contexto mais amplo que o antecedeu, de forma a compreender melhor como se deu a opção pela batalha e a partir de que estímulos ou objetivos a decisão foi tomada. Já naquela altura identifiquei raízes antigas do projeto de fundar um Império português e cristão no Norte da África, ao qual o jovem monarca se engajou determinadamente, assumido como espécie de herança à qual não podia fugir, senão confirmar e concretizar.

Para retomar alguns desses veios e ampliar o horizonte de possibilidades analíticas sobre a emergência de uma crença messiânica em Portugal entre fins do século XVI e início do XVII, seguirei um dos muitos caminhos sugeridos pelo clássico de João Lúcio de Azevedo, *A evolução do sebastianismo*. Livro de referência sobre o tema, é

² Para uma análise do contexto que levou à decisão de D. Sebastião ir à África e do surgimento do sebastianismo em Portugal, ver Jacqueline Hermann. *No Reino do Desejado. A construção do sebastainismo em Portugal, séculos XVI-XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

verdadeiro guia das muitas vertentes assumidas pelo fenômeno sebastico.³ Embora seja livro breve, estão ali os muitos caminhos possíveis para estudos verticalizados sobre os inúmeros aspectos tanto da origem do fenômeno como de seus desdobramentos na longa duração. Azevedo inicia o livro apresentando o sapateiro Gonçalo Anes Bandarra, considerado, depois de Alcácer Quibir, “o profeta” do sebastianismo. Suas trovas teriam previsto a volta de um rei Encoberto que unificaria o mundo sob a égide cristã e católica, para muitos D. Sebastião, desaparecido no Norte da África, mas ainda vivo, aguardando o melhor momento de resgatar Portugal do domínio castelhano.

Sobre Bandarra, Azevedo afirma: “O Encoberto, que devia ser mais tarde D. Sebastião, não o inventou também o Bandarra. Passara de Espanha pra cá. Não era caso único na Península o do vidente de Trancoso, nem exclusivo do judaísmo em que vivia”. Tratava-se, portanto, de uma espécie de “contágio” externo, o que não explica, entretanto, sua emergência e longevidade no mundo luso e não na monarquia vizinha, onde, continua o autor, “alvorotavam-se da mesma forma os espíritos preocupados com os destinos da nacionalidade”.

João Lúcio de Azevedo informa que desde cerca de 1520 “começaram a divulgar-se textos proféticos, uns exumados de escritos atribuídos a Santo Isidoro, arcebispo de Sevilha no último século, em tempo dos Godos, outros que andariam na tradição de Merlin, alguns porventura inventados na ocasião”. Era tempo de Carlos V, I de Espanha, tempo de revoltas generalizadas, derivadas da insatisfação com o que consideravam desmandos do novo rei, um estrangeiro, que sequer falava a língua ou conhecia os costumes castelhanos, rodeado de nobres igualmente estrangeiros nos mais altos cargos, impondo novos impostos sem consulta ou respeito às normas locais.

Não há porque entrar na vasta discussão historiográfica acerca das “comunidades y germanías⁴, aqui mencionadas para seguirmos a rota sugerida por Azevedo e contextualizar a obra de Fray Prudencio de Sandoval, citada pelo autor, *Historia de la*

³ João Lúcio de Azevedo. *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

⁴ Revoltas em diversos reinos de Espanha, insatisfeitos com a crise política, dinástica e social enfrentada desde o início do XVI; decepções provocadas pelos primeiros meses do reinado de Carlos, a eleição do rei de Espanha para o império e expectativa de novos impostos, os abusos da administração dos flamengos nomeados pelo novo rei. O termo Germanía deriva de agermanats, grupos autorizados a usar armas. Para uma visão geral ver, dentre outros, Joseph Pérez. *La España del Siglo XVI*. Madrid: Espasa Calpe, 2001; John H. Elliott. *La España Imperial*. Madrid: RBA Coleccionables, S.A., 2006.

vida y hechos del Emperador Carlos V, publicada em Pamplona 1674, mas escrita entre 1604 e 1606. Frei Sandoval (1553-1620) foi cronista do reino de Felipe III, bispo de Tuy e Pamplona e recebeu a incumbência de escrever sobre a vida do imperador em momento difícil para o então império espanhol. Considerada obra de referência para a história de Carlos V e para a escrita da história de Espanha, expõe em diversos momentos a parcialidade de sua análise, evidente na defesa da supremacia espanhola em relação a Portugal.

Nas palavras de frei Sandoval, nos anos de 1520,

Estavan los cosas de España tan turbadas, los hombres tam desatinados, que no parecia sino açoite del Cielo, y que venía sobre estos Reynos otra destrucion (...). Creyan en agujeros, echavan juyzios y pronosticos amenazando grandes males. Inventaron alguns demônios no se que profecias, que diziam eran de San Isidro Arçobispo de Sevilla, otras de Fray Juan de Rocacelsa, e de un Merlin, y otros Dotores (...). Particularmente cryan los ignorantes en una que dezia, que avia de reynar en España uno que se llamaria Carlos, y qye avia de destruir el Reyno, e assolar las ciudades. Pero que un Infante de Portugal le avia de vencer, y echar del Reyno, y que el Infante avia de reynar en toda España: y pareceme que ha sido al contrario. Tales obras haze la passion cega, e tales desatinos persuade.⁵

Se é possível considerar que estas profecias tenham circulado em Portugal, com a previsão de que um rei português seria “rei das Espanhas”, no tempo em que Bandarra provavelmente elaborava seus versos, é óbvia a constatação de frei Sandoval sobre o equívoco das previsões, pois escreve já no reinado de Felipe III, iniciado em 1598, depois de concretizada a União Ibérica. Não deixa de chamar atenção a forma como insere na crônica de Carlos V um evento posterior ao tempo do imperador sem qualquer comentário adicional.

Se é certa também a possibilidade de identificar o projeto de anexação de Portugal durante todo o governo de Carlos como rei e imperador, e até antes disso – projeto concretizado pelo filho Felipe II, em nome de quem abdicou do trono espanhol em 1556⁶ – podemos encontrar indícios dessa narrativa de combate entre soberanos

⁵ Fray Prudencio de Sandoval, *Historia de la vida y hechos del Emperador Carlos V*. Máximo, fortísimo, Rey Católico de España y de las Indias y Tierra firme del mar Océano, publicada em Pamplona, 1674, *apud* João Lúcio, p.17-18. A obra completa, com edição e estudo preliminar de Carlos Seco Serrano, pode ser consultada em http://histo.cat/1/Prudencio_de_Sandoval1.pdf. Na edição *online*, a citação está na p. 376.

⁶ Para uma análise do quadro matrimonial que uniu os dois reinos, fazendo da anexação um resultado quase incontornável – posição não consensual entre os historiadores do período – ver

ibéricos pela liderança da unidade imperial e católica antes mesmo da ascensão Habsburgo na península ibérica.

João Lúcio foi preciso quanto à década de 1520, tempo de várias manifestações de tipo messiânicas em Espanha, tendo como pano de fundo a grave crise política das *germanías*. Teófanos Egido, em texto sobre a historiografia que tratou do messianismo na Espanha da Época Moderna, indica vários estudos sobre a eclosão de manifestações variadas de espera régia surgidas nesse contexto, nas quais a expectativa pela chegada de um rei Encoberto inauguraria um novo momento de vitória definitiva sobre os mouros e a consequente unificação católica da cristandade. Não faltaram falsos profetas e reis como no caso português pouco tempo depois⁷, sendo possível afirmar que a Espanha conheceu primeiro essas manifestações, espalhadas pelos diversos reinos hispânicos. Embora tenham sido todos reprimidos, o autor afirma que a sensação de insegurança e insatisfação com o rei ausente e estrangeiro, Carlos I, em contexto marcado pelo sentido sagrado da vida e do mundo, não desapareceu.

Importa salientar como esse horizonte era comum aos dos reinos ibéricos, que partilhavam as teses de Joaquim de Fiore e as influências franciscanas, sempre mencionadas como fontes de esperas messiânicas. A força das ideias do monge calabrês Joaquim de Fiore (1132-1202) e a mística dos franciscanos teriam tido forte papel no messianismo régio ibérico. A Ordem de São Francisco se considerava uma das ordens profetizadas pelo monge para a chegada da Terceira e derradeira Idade, o tempo da verdade do Espírito Santo. O abade viu a história dividida em três “estados” – o do Pai, tempo do Velho Testamento; a do Filho, tempo do Novo Testamento, para só então chegar ao seu momento final.

Mafalda Soares da Cunha. A questão jurídica na crise dinástica. MATTOSO, José. (Direção). *História de Portugal*. 3º volume: No alvorecer da modernidade. Lisboa, Editorial Estampa, 1992. Sobre Carlos V ver, dentre outros, Manuel Fernández Álvarez. *Carlos V. Un hombre para Europa*. 5ª. edición. Madrid: Espasa Calpe, 2004; Manuel Rivero Rodríguez. *Gattinara. Carlos V y el sueño del Imperio*. Madrid: Sílex Ediciones, 2005.

⁷ Em 1584 apareceu em Penamacor, fronteira com Espanha, aquele que foi considerado o primeiro falso d. Sebastião; em 1585 foi a vez de Mateus Álvares, conhecido como o falso de Ericeira postular o cargo real; em 1594, Gabriel de Espinosa, ou o pasteleiro de Madrigal, pretendeu também passar-se pelo rei desaparecido, e em 1598 o último falso, o calabrês Marco Túlio Catizone, apresentou-se em Veneza, reivindicando a identidade do Desejado. Ver Miguel D’Antas. *Os falsos D. Sebastião*. Introdução e notas Sales Loureiro. Odivelas, Europress, s/d; para um resumo dos quatro casos, J. Hermann, *op. cit.*, capítulo 5: A volta do Encoberto: entre farsas e encantamentos.

A passagem da Segunda para a Terceira idade será marcada por desastres, perseguições e ascensão do Anticristo, ao que se seguirá o tempo da purificação e renovação da Igreja espiritual. Embora o monge não tenha previsto a duração de mil anos para o terceiro estágio – nem tenha destacado a figura de um Messias – os franciscanos que o seguiram acrescentaram um viés milenarista à última Idade, sem agregar ainda, início do século XIV, a figura de rei/imperador perfeito, importante para a renovação e inauguração do novo tempo.⁸

Sempre mencionados como fontes indiscutíveis das formas assumidas pelo messianismo ibérico – a influência de Joaquim de Fiore no sebastianismo é sempre apontada como determinante, sobretudo quando a análise praticamente elimina ou minimiza, para a compreensão do fenômeno, a força da cultura judaica em Portugal.

Além dessas influências, partilharam de forma bem mais concreta, a funda raiz judaica presente na península por séculos. Para Teófanos Egido esta base marcou a antiga convivência com elementos de base messiânica, “traduzidos” para as narrativas e expectativas cristãs através de textos e experiências de populares.⁹ Em Portugal, veremos que foi um homem de origem nobre e letrado o responsável pela divulgação dos versos atribuídos a Bandarra, passo necessário à longevidade de sua fama e influência.

Antes, porém, do século XVI, houve a expectativa de que fossem os Reis Católicos os enviados para unificar a cristandade. Cronistas, textos e poemas voltados para o tema da Reconquista viram em Fernando o enviado para chegar a Jerusalém e expulsar os seguidores de Maomé da península. Inúmeros poemas surgiram no quarto final do século XV identificando no rei de Aragão o monarca profetizado, como os do *Cancionero* de Pedro Marcuello, oferecido a Fernando em 1482:

Fállase por profecia
 De antigos libros sacada
 Que Fernando se diría
 Aquel que conquistaria

⁸ Cf. Bernhard Töpfer. “Escatologia e milenarismo”. In: Jacques le Goff; Jean-Claude Schmitt. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, Vol. I, p. 355-360.

⁹ Teófanos Egido. *Historiografía del messianismo de la Época Moderna*. Alfredo Alvar Esquerra; Jaime Contreras Contreras; José Ignacio Ruiz Rodríguez (eds.). *Política y cultura en la Época Moderna*. (cambios dinásticos, Milenarismos, messianismos y utopias). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2004, p. 461-474.



COSTA, Ricardo da, SALVADOR GONZÁLEZ, José María (coords.). *Mirabilia 21* (2015/2)
Medieval and early modern Iberian Peninsula Cultural History (XIII-XVII centuries)
Cultura en la Península Ibérica Medieval y Moderna (siglos XIII-XVII)
Cultura na Península Ibérica Medieval e Moderna (séculos XIII-XVII)

Jun-Dez 2015/ISSN 1676-5818

Llerusalem y Granada.¹⁰

O autor destes versos era aragonês e este não é detalhe pequeno, tratando-se das difíceis relações entre os reinos hispânicos no período. Nem mesmo entre Castela e Aragão, unidos mas não unificados pelo casamento de Isabel e Fernando em 1469, a supremacia deste monarca era vista de forma consensual. Bem sabemos que mesmo depois da morte de Isabel, em 1504, o rei Fernando não herdou o reino de Castela, portanto, vê-lo como “o enviado” capaz de unir e liderar a cristandade parece ter mais sentido político do que refletir crença generalizada na “missão” de Fernando II de Aragão.¹¹

Em que pesem as especificidades da história política do conjunto de reinos que formavam o que chamamos de forma imprecisa de Espanha – e sobre a qual não é possível aprofundar neste texto – o que pretendo destacar é a presença forte e bastante difundida de expectativas messiânicas e milenaristas associadas a personagens régios no mundo ibérico, na virada do século XV para o XVI. São inúmeros os exemplos de textos surgidos na época.¹²

Se antes da expulsão dos mouros de Granada e da expulsão dos judeus de Espanha, em 1492, os Reis Católicos, ou mais especificamente Fernando, já era visto para alguns como messiânico, depois desses eventos auspiciosos parecia não haver mais dúvida. Para esse otimismo contaram muito os escritos do próprio Cristóvão Colombo já bastante conhecidos e estudados, com destaque para os trabalhos de Alain Milhou e Marianne Mahn-Lott.

Estudioso da “mentalidade messiânica” de Colombo, Milhou analisou seus escritos – dentre eles o *Livro das Profecias*, de 1501 – nos quais expôs sua convicção de que a conquista de Granada prenunciava a reconquista de Jerusalém pelos Reis Católicos, onde receberiam a “coroa imperial”. O sentido da vitória sobre os mouros e judeus,

¹⁰ *Apud*, Jacobo Sanz Hermida. Cancioneros y profecias. Algunas notas sobre el mesianismo durante el reinado de los Reyes Católicos. *Via-Spiritus*. Porto, n. 6, 1999, p. 9-10.

¹¹ Pelo contrato matrimonial de 1469, a autoridade de Fernando em Castela foi bastante restrita, proclamando-se a rainha *reina propietaria* de Castela. Cada reino permaneceu regido por suas próprias leis e limites territoriais. Com sua morte, em 1504, Isabel deixou testamento no qual determinava que Fernando seria destituído do reino de Castela, que passaria para sua filha, Joana, proclamada *señora natural propietaria*. Mãe do futuro Carlos V, foi a via que o fez rei de Espanha, depois de interná-la, em 1517. Cf. John H. Elliott, *op. cit.*, p. 78.

¹² Ver a respeito Adeline Rucquoi. “Mesianismo y milenarismo en la España medieval”. *Medievalismo*. Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales, 6, 1996, p. 9-31.



COSTA, Ricardo da, SALVADOR GONZÁLEZ, José María (coords.). *Mirabilia 21* (2015/2)
Medieval and early modern Iberian Peninsula Cultural History (XIII-XVII centuries)
Cultura en la Península Ibérica Medieval y Moderna (siglos XIII-XVII)
Cultura na Península Ibérica Medieval e Moderna (séculos XIII-XVII)

Jun-Dez 2015/ISSN 1676-5818

expulsos também em 1492, ultrapassaria os limites do reino e indicaria a Europa como extensão ampliada da unidade católica:

Na verdade, impulsionado por seu espírito messiânico, pelo espírito messiânico que acompanha o fim da Reconquista, Cristóvão Colombo reinterpreta a História, reclassifica os fatos históricos em função de sua significação profética.¹³

Como “um bom cristão medieval”, Colombo seria um homem “apaixonado” pela ideia de unidade: “ele se entusiasma com a ideia da unificação da terra de Espanha sob a bandeira da cristandade, que é uma prefiguração do ecúmeno que vai expandir as dimensões do planeta”.¹⁴

Dimensões católicas, como é óbvio, a ser conduzida por um rei “enviado” e por “leigos providenciais”, como o próprio Colombo se considerava, “Porta-Cristo”. Esse contexto de expansão das conquistas ultramarinas ibéricas – que ensejou debate sobre o direito dos “descobridores” aos espaços atingidos – indicaria o enfraquecimento do papado na liderança missionária, pois dependente das armas e homens dos reis comprometidos com a continuidade da expansão, e cujo sentido ainda mantinha a ideia de cruzada. Homem do Renascimento, Colombo vivenciou intimamente, como demonstram seus escritos, os medos e desejos de um tempo atravessado pela incerteza, mas também pelas mais altas expectativas sobre a unificação católica do mundo, em tempo, vale lembrar, em que Lutero ainda não divulgara suas “teses”.

Para o breve panorama aqui traçado, voltemos a Portugal. Contemporâneo ao tempo dos Reis Católicos e em franca e conhecida disputa pela liderança das conquistas no além-mar – inauguradas pelos portugueses bem antes, como sabemos – D. Manuel também foi visto como possível Messias ou, de modo menos personalizado, condutor de um projeto universal e messiânico. Segundo texto clássico de Luís Filipe Thomaz, haveria “fortes razões para crer que a destruição do bloco islâmico representava pedra fundamental da ideia imperial de D. Manuel”.¹⁵ Propondo uma análise que ultrapasse o sentido econômico e “moderno” da política expansionista manuelina, sem

¹³ Cf. Alain Milhou. Notas sobre o messianismo de Cristóvão Colombo. *Novos Estudos*. São Paulo, março/ 1992, p.92. Trata-se de resumo das ideias do livro publicado posteriormente, tese de doutorado do autor, *Colón y su Mentalidad Mesiánica en el Ambiente Franciscanista Español*, Valladolid: Ed. Casa Museo de Colón, 1983. Grande especialista, Marianne Mahn-Lot, publicou, dentre outros, *Retrato histórico de Cristóvão Colombo*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

¹⁴ Alain Milhou, *op. cit.*, p. 93.

¹⁵ Luís Filipe F. R. Thomaz. “A ideia imperial manuelina”. In: DORÉ, A. LIMA, L. F. S. SILVA, G. S. *Facetas do Império na História. Conceitos e métodos*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p. 52.

evidentemente negá-la, argumenta, baseado em conjunto expressivo de textos de época, que projeto bem mais ambicioso movia os diversos acordos políticos e econômicos delineados pelo Venturoso.

A ideia de retomar as expedições militares à Terra Santa continuava viva no tempo de D. Manuel, tempo de Colombo e de Fernando II de Aragão. No início do século XVI o rei português era genro do Rei Católico, casado a essa altura com a segunda filha de Isabel e Fernando, D. Maria¹⁶, e ambos mantinham ambições ou eram incentivados a continuar na busca de aliados para chegar a Jerusalém. Tanto no Oriente como no Norte da África, com as tentativas de contato com o Reino do Preste João, possível Reino Cristão encravado em terra de infiéis, e cuja localização era incerta e foi-se alterando com o tempo, D. Manuel pensava, e pôs em prática de diversas maneiras – sem sucesso, como sabemos – o plano de chegar à Terra Santa e fazer-se rei dos reis, Imperador da Cristandade.

Para o Venturoso, Marrocos era o centro da ação portuguesa, iniciada em Ceuta, no início de 1415, mantendo D. Manuel a “obstinação da política marroquina”, passagem para alcançar a Terra Santa. Este seria o caminho para explicar, segundo o autor, “a obsessão” pelas campanhas na Berberia e pelo contato com o Preste João, mesmo depois de saber que não havia portos de comércio ou especiarias em seu reino.¹⁷ Talvez essa a via para explicar sua desistência, depois de muita propaganda e empenho em mostrar-se “único paladino da Cristandade”, de fazer-se imperador do Ocidente depois da morte do primo Maximiliano I de Habsburgo, em 1519. Além de não apresentar candidatura, D. Manuel apoiou seu cunhado, então Carlos I de Espanha desde 1517¹⁸, a indicar, segundo Thomaz, que suas aspirações eram mais ambiciosas e continuavam orientadas pela ideia de cruzada.

Iniciamos este texto seguindo a pista de João Lúcio Azevedo sobre a vinda de Espanha de ideias relacionadas ao Encoberto, valendo a essa altura lembrar como a resistência ao imperador nos reinos de Espanha estimulou a crença na volta de um rei Encoberto na década de 1520. Não era Carlos V, definitivamente, o esperado das profecias. Neste mesmo ano, nova tentativa de contato com o Preste João foi tentada e a possibilidade de sucesso levou D. Manuel a imprimir um ano depois, em

¹⁶ D. Manuel casou-se com três filhas dos Reis Católicos: D. Isabel, em 1497, morta no ano seguinte; D. Maria, em 1500, de quem ficou viúvo em 1517, e D. Leonor, entre 1518 e 1521, ano da morte do *Venturoso*.

¹⁷ *Idem*, p. 40.

¹⁸ *Idem*, p. 51-52.

português, a *Carta das Novas que Vieram a El-Rei Nosso Senhor do Descobrimento do Preste João*, impressa com a *Verdadeira Informação do Preste João*, de Francisco Álvares.¹⁹

D. Manuel morreu no final de 1521 sem realizar o projeto messiânico que o teria guiado. Ao contrário, ainda estava vivo quando as pressões levaram ao abandono de várias praças no Norte da África. Em 1515 a armada portuguesa foi derrotada quando tentava construir fortalezas em Mamora e Anafé, mas foram no reinado de seu filho, D. João III, as maiores perdas: em 1541, Portugal perdeu Santa Cruz do Cabo da Gué, no ano seguinte Safim; em 1549 e 1550 abandonou Alcácer Ceguer e Arzila²⁰. O momento parecia indicar a derrota, mesmo que temporária, das projeções messiânicas do rei português.

Foi em meio a esse cenário ainda de incerteza quanto à expansão e de expectativas assombradas pela possibilidade de criação de um Tribunal do Santo Ofício em Portugal, depois da proibição do judaísmo a partir de 1497, que o sapateiro Gonçalo Annes Badarra compôs os versos que viriam a ser considerados as “profecias” do sebastianismo. Vimos acima que João Lúcio de Azevedo procurou desvincular da figura de Bandarra a “invenção” da espera messiânica que esteve na base do sebastianismo, forma ao mesmo tempo singular e compartilhada de messianismo régio, há muito difundido na península ibérica. Se de um lado, é possível identificar um contexto bem mais amplo para a disseminação ou vivência dessa forma particular de crença, tampouco, creio, pode-se chegar a uma aproximação com o fenômeno português – espalhado, mas jamais “consumado” no reino vizinho – sem considerar a trajetória própria da monarquia portuguesa e a inesperada tragédia experimentada com a derrota de Alcácer Quibir.

Vimos que os autores espanhóis mencionam a presença judaica na cultura hispânica para indicar as possíveis raízes do messianismo surgido em torno dos Reis Católicos. Cristóvão Colombo, apesar das controvérsias acerca de sua origem judia, parece mais influenciado pela ideia de cruzada, da qual se sentia personagem destacado, do que da imagem de um Messias de cariz hebreu. No caso português, no entanto, essa presença, ainda hoje acredito, foi bem mais decisiva, embora tenha passado por transformações para se adaptar à versão cristã do Desejado Encoberto.

Maria José Ferro Tavares, estudiosa do judaísmo em Portugal, analisou o clima de expectativas apocalípticas vivido pela comunidade cristã nova, e pelos judeus

¹⁹ *Idem*, p. 62-63.

²⁰ Jacqueline Hermann, *op. cit.*, p. 29.

resistentes à conversão forçada de 1497, em Portugal na primeira metade do século XVI. Diferentemente de Espanha, e essa foi distinção fundamental, Portugal primeiro expulsou os judeus e proibiu o judaísmo para depois criar um Tribunal Inquisitorial para vigiar e punir o que se mantiveram na Lei de Moisés. Espanha, em 1478, poucos anos depois do casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, teve seu primeiro Tribunal Inquisitorial subordinado aos Reis Católicos, para só em 1492 proibir o judaísmo.

O lugar mais rápido para buscar abrigo foi Portugal, onde a Lei Antiga só seria proibido cinco anos depois, resultado mais da exigência dos Reis Católicos para permitir o casamento da filha Isabel com D. Manuel, do que por convicção do Venturoso. O fato é que se instaurou um clima de incerteza entre a comunidade de cristãos novos obrigados ao batismo, agravada a partir de 1515, quando as primeiras solicitações para a criação de um Tribunal português chegaram a Roma. Portanto, entre 1497 e 1540, ano da criação da Inquisição portuguesa, a comunidade de conversos conviveu com os cristãos velhos sem maiores dificuldades, embora temerosa e insegura quanto ao futuro imediato.²¹

Ferro Tavares encontrou diversas tentativas de explicação para os males que atingiam os judeus na península. Só para citar alguns exemplos, Isaac Abravanel, judeu rico e recebido nas cortes de Portugal e Espanha, via o sofrimento do povo eleito como prenúncio do advento do Messias, e com base nos sonhos de Daniel e Nabucodonosor, e na narrativa da criação de Adão, previu para o ano de 1503 ou para o período compreendido entre 1490 e 1573 a chegada do Salvador e o fim da cristandade. Judeu convicto, criticava severamente os que renegavam sua fé, chamando-os de “pecadores de Israel”.

David Reubeni, em Portugal desde fins de 1525, percorreu o Algarve, Tavira, Beja e Évora, disseminando a ideia de um reino judaico no Oriente, causando impacto inclusive entre os cristãos velhos. Diogo de Leão da Costanilha afirmava que o Messias viria até o ano de 1544 e conduziria judeus e cristãos novos a Jerusalém.²²

²¹ Para um resumo da situação dos judeus e conversos em Espanha e Portugal neste período ver Ronaldo Vainfas e Jacqueline Hermann. “Judeus e converso na Ibéria no século XV: sefardismo, heresia, messianismo”. In: Keila Grinberg. *Os judeus no Brasil. Inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 15-41.

²² Maria José Ferro Tavares. “O messianismo judaico em Portugal, 1ª metade do século XVI”. In: *Luso-Brazilian Review*, vol. 28, n. 1, Summer, 1991, p. 141-151. Para uma análise do processo sofrido por Luis Dias, ver Elias Lipner. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro, Imago, 1993.

Mas não foram só judeus ou conversos os autores de predições messiânicas. Houve também cristãos, ou cristãos velhos, como passaram a ser chamados depois da conversão judaica, “profetas”, demonstrando o quanto a estreita convivência, apesar das reiteradas proibições, havia disseminado aspectos da crença proibida. Foi o caso, por exemplo, do desembargador Gil Vaz Bugalho, seguidor e propagador das ideias do “Messias de Setúbal”, o alfaiate Luis Dias, e do já citado sapateiro de Trancoso, Gonçalo Annes Bandarra, todos presos e processados pela Inquisição portuguesa.²³

Havia, portanto, ambiente propício a esperas messiânicas, fossem elas mais ou menos informadas pela base judaica. Em Portugal, tanto entre homens do governo, como o mentor do messianismo de D. Manuel, Duarte Galvão, e o próprio rei, ou entre o alfaiate Luís Dias e o sapateiro Bandarra, as ideias messiânicas germinavam em um caldo que ainda incluía as sobrevivências do sentido de cruzada e de busca uma unidade que se imaginava perdida – em tempo de críticas generalizadas aos abusos e desmandos da Igreja – e a elementos especificamente portugueses e também marcados por símbolos sagrados.

Refiro-me aqui ao famoso “Milagre de Ourique”, considerado um dos “mitos fundadores” de Portugal. Nome dado a batalha que teve lugar nos campos de Ourique, denominação medieval do Baixo Alentejo, notabilizou-se pelo que foi considerada intervenção divina no destino grandioso do nascente reino lusitano: a aparição de Cristo a Afonso Henriques antes do enfrentamento de número desproporcional de mouros, em 1139, seria a explicação da grandiosa vitória do futuro primeiro rei de Portugal. Considerada até o século XV basicamente por sua dimensão militar, ganhou contornos milagrosos a partir de então, através de novas narrativas que a transformaram em “milagre” e prenúncio da história particular e sagrada do reino português.²⁴

Nesse percurso, outro evento militar importante da história portuguesa deve ser evocado: a não menos famosa Batalha de Aljubarrota, na qual D. João de Portugal venceu D. João de Castela, em agosto de 1385, consumando a independência do reino e iniciando a gloriosa dinastia de Avis. Filho bastardo de D. Pedro I, foi imortalizado na famosa *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes, como o “Messias de Lisboa”, por sua façanha frente aos castelhanos. Para o cronista, só aspectos místicos poderiam

²³ Sobre os casos de Gil Vaz Bugalho, Luís Dias e Bandarra, ver Elias Lipner. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro, Imago, 1993.

²⁴ Ver a respeito Ana Isabel Buescu. “Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino”. In: Yvette Kace Centeno. *Portugal: Mitos revisitados*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993, p. 9-50.

explicar a vitória, pois como em Ourique, a desigualdade numérica e a falta de apoio da nobreza indicariam resultado diverso. Nessa construção, sua bastardia teria sido apagada pelo pertencimento à Ordem militar e religiosa de Avis, indicando linhagem capaz de explicar o papel grandioso a que parecia destinado.²⁵

Este elemento a mais na elaboração de uma história sacralizada e vocacionada para a liderança da cristandade aparece integralmente nas trovas de Bandarra, escritas provavelmente entre os anos de 1520 e 1540. Bandarra integrou um grupo restrito de leitores da época, embora não dominasse a escrita, razão de o texto apresentado ao Santo Ofício ser da lavra de um certo Heitor Lopes, tosador convertido e admirador do sapateiro. Leitor curioso, Bandarra lera por cerca de oito ou nove anos uma versão em língua vulgar da Bíblia, e do contato com este texto e a comunidade de cristãos-novos, não só de Trancoso, mas também de Lisboa, onde estivera poucos anos antes.

Em fins da década de 1530, a sua fama de conhecedor da Bíblia e mesmo do Talmud já corria o reino. «Espécie de rabi», Bandarra era valorizado pela capacidade de decifrar os mistérios da vontade divina.²⁶ Não temos com saber se leu a *Carta das Novas que Vieram a El-Rei Nosso Senhor do Descobrimento do Preste João*, impressa em 1520, mas parece não haver dúvida da valorização que dava à liderança portuguesa nos mares, conduzida por um soberano predestinado.

A marca de Ourique e do *Messias de Lisboa* aparece nos versos atribuídos ao sapateiro Bandarra. Estes conheceram inúmeras interpretações, mesmo depois de proibidos pela Inquisição em 1541. Gonçalo Annes foi preso pelo Tribunal e condenado por fazer livre interpretação da Sagrada Escritura, jamais foi acusado de judaísmo ou condenado por isso. Fato que chama atenção, tendo em vista o conjunto de vizinhos e cristãos novos presos com ele, todos denunciados como judaizantes, tendo o sapateiro de Trancoso escrito versos inspirados de forma tão próxima à expectativa messiânica de base judaica acerca do Messias. A integrá-lo ao cenário mais amplo que vimos traçando aqui, o Messias Encoberto de Bandarra será um rei, sem dúvida, português, soberano de um reino predestinado.

²⁵ Ver Margarida Garcez Ventura. *O Messias de Lisboa. Um estudo de mitologia política (1383-1415)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

²⁶ Para um resumo do processo de Bandarra, ver J. L. De Azevedo, *op. cit.*, p. 105-111. Para o messianismo judaico em Portugal no século XVI, ver M. J. F. Tavares, “O messianismo judaico”, *op. cit.*, e, dentre outros, E. Lipiner, *O sapateiro de Trancoso, op. cit.* Sobre a relação entre Bandarra e os cristãos-novos, ver E. Lipiner, *Gonçalo Anes Bandarra e os cristãos-novos, op. cit.*



COSTA, Ricardo da, SALVADOR GONZÁLEZ, José María (coords.). *Mirabilia 21* (2015/2)
Medieval and early modern Iberian Peninsula Cultural History (XIII-XVII centuries)
Cultura en la Península Ibérica Medieval y Moderna (siglos XIII-XVII)
Cultura na Península Ibérica Medieval e Moderna (séculos XIII-XVII)

Jun-Dez 2015/ISSN 1676-5818

LXVIII

“Forte nome é Portugal,
Um nome tão excelente,
É Rei de cabo poente,
Sobre todos principal.
Não se acha vosso igual
Rei de tal merecimento
(...)

LXIX

Portugal é nome inteiro,
Nome de macho, se queres:
Os outros Reinos mulheres,
Com ferro sem azeiro;
E senão olha primeiro,
Portugal tem a fronteira,
Todos mudam a carreira
Com medo do seu rafeiro
(...)

LXXI

Este Rei tem tal nobreza,
Que nunca vi em Rei:
Este guarda bem a lei,
Da justiça e da grandeza.
Senhoreia Sua Alteza,
Todos os portos, e viagens,
Porque é Rei das passagens
Do mar, e sua riqueza.²⁷

A superposição rei/reino parece clara, são inseparáveis. Mas a identidade deste rei de grande nobreza deu margem a muitas interpretações, atravessaram os séculos e foram objeto de muito debate, sendo um dos mais conhecidos o que levou o Padre Antônio Vieira, na segunda metade do século XVII, a ver em D. João IV, primeiro da dinastia de Bragança, o Encoberto das profecias de Bandarra. Bem antes disso, porém, e sem

²⁷ *Profecias do Bandarra*. Sapateiro de Trancoso. Apresentação de Antônio Carlos Carvalho. Lisboa, Vega, 1989. Essa é considerada a 4ª edição das Trovas atribuídas a Gonçalo Annes Bandarra, cuja 1ª edição completa data de 1644, publicada em Nantes, por iniciativa do fidalgo d. Vasco Luís da Gama, V conde da Vidigueira e I marquês de Nisa. Uma primeira parte das Trovas de Bandarra foi publicada em 1603, por D. João de Castro, com o título *Paraphrase et concordancia de algumas prophcias de Bandarra, sapateiro de Trancoso. Por Dom João de Castro*. Paris, 1603.

que nosso sapateiro pudesse jamais imaginar, sua longevidade acompanhou a espera sebástica, à qual passou a estar definitivamente atrelado.²⁸

Bandarra escreve em tempo ainda fortemente marcado pela expansão (“Rei das passagens do Mar”), sem imaginar que em pouco tempo Portugal perderia sua liderança e soberania depois de inimaginável derrota para os mouros. Derrota exatamente no Norte da África, centro da atenção de D. Manuel e foco de seu projeto imperial e messiânico.

Como pontas separadas de um mesmo novelo, a história portuguesa como reino, de Ourique a Alcácer Quibir, passando por Aljubarrota e D. Manuel, viu-se enredada por um conjunto de narrativas reelaboradas ao longo dos séculos, com destaque para o tempo da dinastia de Avis, período no qual a marca sagrada do reino foi definitivamente sedimentada. Depois da morte de D. Manuel, em 1521, das perdas no Norte da África, do recuo da presença no Magreb e da decisão de concentrar esforços no Oriente, o reinado de seu herdeiro, D. João III, representou a interrupção de uma história inacabada. Momento político bastante diverso, a cristandade viu-se definitivamente desafiada e dividida pela Reforma, o poder de Espanha e sua área de influência crescera no Novo e no Velho Mundo.

Internamente Portugal vivia, além de todas as dificuldades de manter seus domínios na África, na América e no Oriente, a repressão àquela que considerava sua mais perigosa heresia – a judaica – e a criação do Tribunal Inquisitorial, em 1540, o medo da falta de herdeiros: dos nove filhos 9 filhos que gerou com D. Catarina de Habsburgo, o último, o Príncipe D. João, pai de D. Sebastião, morreu antes do nascimento do filho, em 1554. Por garantir a continuidade da dinastia, recebeu o codinome de *Desejado*.²⁹

Jurado rei com apenas três anos, seu reinado passou por onze anos de regência, primeiro a cargo da avó paterna, a rainha D. Catarina, entre 1557 e 1562, e depois

²⁸ São muitas as análises sobre as Trovas de Bandarra, dentre as quais destaco a de Luís Filipe Silvério Lima. *Sonhos do Império. Narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino*. São Paulo: Alameda, 2010.

²⁹ D. João III e D. Catarina de Habsburgo tiveram 9 filhos entre 1526 e 1539. Em 1531, depois do nascimento de 5 filhos, só 2 estavam vivos: a infanta D. Maria e o recém-nascido D. Manuel. O nascimento 5 potenciais herdeiros na década de 1530 – D. Manuel (1531-37); D. Felipe (1533-39); D. Dinis (1535-37); D. João (1537-1554) e D. Antônio (1539-1540) na garantiu a herança do reino: no início de 1540 o cenário de incerteza foi agravado pelas sucessivas perdas, e só D. Maria e D. João, futuro pai de D. Sebastião estavam vivos.

tendo à frente o Cardeal D. Henrique, tio-avô de D. Sebastião, até que em 1568 o Desejado assumiu o governo do reino.³⁰ Nos dez anos de seu reinado, D. Sebastião substituiu todos os seus conselheiros, desentendeu-se com a avó e o Cardeal, foi envolvido na disputa sucessória do Marrocos pelo tio e rei de Espanha, Felipe II, decidiu fazer guerra aos infiéis.³¹

O antigo projeto inacabado do bisavô, o Venturoso, parecia pronto a ser resgatado e consumado. O que procurei analisar em *No Reino do Desejado* foi o peso desse antigo legado no Portugal do século XVI e como D. Sebastião, e pelo menos parte de sua corte e súditos, pareciam comungar das mesmas expectativas quanto ao destino grandioso de Portugal. Bem sabemos que a feição de cruzada medieval de Alcácer Quibir era anacrônica mesmo para a segunda metade do século XVI, sobretudo com a presença de um rei à frente do exército – o que não era mais usual – e um rei celibatário.

O desastre de agosto de 1578, o desaparecimento de D. Sebastião e de boa parte da nobreza, morta ou aprisionada no Marrocos, levou o reino a um período dramático de disputa sucessória, entre 1578 e 1580, do qual sairia vitorioso o rei Católico, Felipe II de Espanha, I da dinastia Habsburgo em Portugal. Nos sessenta anos da União Ibérica, surgiu em Portugal e em reinos da Europa, onde abrigaram-se portugueses opositores de Espanha, a crença de que D. Sebastião não havia morrido na batalha: estaria vivo, vagando e purgando seus erros pela derrota, mas preparando a volta para recuperar a soberania portuguesa.

A primeira ponte de aceso entre esse período de perda e as trovas de Bandarra foi obra de um neto bastardo de famoso Vice-Rei da Índia, D. João de Castro. Aderente de primeira hora da resistência a Felipe II, liderada por de D. Antônio, Prior do Crato, fugiu do reino, instalou-se em Paris e depois de se desentender com seu “rei” – que chegou a ser aclamado em Santarém em junho de 1580 – interessou-se por uns versos que guardava de memória. Passou a defender a sobrevivência de D. Sebastião, afirmar que não morrera em Alcácer Quibir, baseando-se nas previsões de Bandarra. No ano da morte de Felipe II, 1598, começaram a circular rumores de que o rei português

³⁰ Para uma análise do período de regência durante a minoridade de D. Sebastião, ver Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz. *As regências na minoridade de d. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992, 2 vols.

³¹ Para uma análise do reinado de D. Sebastião ver J. M. Queiroz Velloso. *D. Sebastião. 1554-1578*. 3ª edição revista e ampliada. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1945. (1ª. edição 1935); Maria Augusta Lima Cruz. *D. Sebastião*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, e Jacqueline Hermann. *No Reino do Desejado, op. cit.*

estava vivo em Veneza. Castro não duvidou de que se tratasse de D. Sebastião e procurou apoio em diversas cortes europeias para aquele que se comprovou ser um farsante, o calabrês, Marco Túlio Catizone, morto em 1603.³²

O papel que D. João de Castro, considerado por João Lúcio de Azevedo, o “corifeu do sebastianismo”³³, e outros portugueses exilados tiveram na disseminação, fora do reino, da crença sebastianista é ainda difícil de dizer. Mas é possível afirmar que assim como no final do século XV na península ibérica, na virada do XVI para o XVII a espera de um rei Encoberto mantinha-se ainda viva.

Em trabalho clássico, Yves-Marie Bercé analisa dois casos de reis perdidos e esperados, além do português. Na Rússia, o menino rei Dimitri, terceiro filho legítimo de czar Ivan IV, foi mortalmente ferido em 1591, aos oito anos de idade. Uma rede de intrigas palacianas parecia indicar a eliminação do pequeno rei por Bóris Gudonov, cunhado do czar Fédor, aspirante à coroa imperial. Gudonov subiu ao trono em 1598, mesmo ano em que os boatos acerca da sobrevivência de Dimitri começaram a circular. As más colheitas, a fome e as epidemias do final do século alimentaram as esperanças de que Dimitri sobrevivera ao acidente e iria voltar para restaurar um tempo de paz e prosperidade.

O terceiro rei perdido teria sido um francês, filho ignorado de Carlos IX, François de La Ramée, possível François III, conhecido em 1594, ano da entrada de Henrique de Navarra, Henrique 4º de França, em Paris. A história de um ex-huguenote, que chegava ao trono de um reino católico por meio do casamento, e depois da morte de três descendentes legítimos, resume de forma extraordinária as contradições e dificuldades do cenário político-religioso no qual fermentaram as guerras de religião na Europa. As artimanhas que cercaram o aparecimento daquele que seria um legítimo rei católico para o trono francês incluíram a própria Catarina de Médicis,

³² Sobre a dissidência antonista e a crise sucessória portuguesa, ver Jacqueline Hermann. “Um rei indesejado. Notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2010. Sobre a dimensão europeia da resistência de D. Antônio ver o meu “Politics and diplomacy in the Portuguese crises. The candidacy of D. Antonio, Prior of Crato (1578-1580)”. In: *Giornale di Storia* (13), 2013. Internet, www.giornaledistoria.net. Sobre o surgimento do sebastianismo na Europa, no prelo, Jacqueline Hermann. *Política e Profecia. Resistência antonista e o surgimento do sebastianismo na Europa (1578-1598)*. Sobre os falsos D. Sebastião, ver nota 6.

³³ João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 13.



COSTA, Ricardo da, SALVADOR GONZÁLEZ, José María (coords.). *Mirabilia 21* (2015/2)
Medieval and early modern Iberian Peninsula Cultural History (XIII-XVII centuries)
Cultura en la Península Ibérica Medieval y Moderna (siglos XIII-XVII)
Cultura na Península Ibérica Medieval e Moderna (séculos XIII-XVII)

Jun-Dez 2015/ISSN 1676-5818

zelosa protetora da sucessão do filho favorito, Henrique d'Anjou, citada como partícipe, senão mentora, da ocultação do pretense monarca.³⁴

Os casos russo e francês, contemporâneos da história do falso de Veneza, demonstram que a encarnação messiânica de um rei ultrapassou as fronteiras da península ibérica, ou ainda, alcançou mesmo as franjas da cristandade. Exemplo antigo e de formato semelhante, mas com outra denominação, é o não menos conhecido caso de Frederico II, Imperador dos Últimos Dias, analisado no clássico de Norman Cohn, *Na senda do milênio*.³⁵

Como todo mito, é impossível encontrar a origem da ideia deste “mito do Encoberto”. Desde a Idade Média ele vagou pelos reinos da Europa, foi mais ou menos assimilado em alguns deles. Na península ibérica teve papel forte e enraizado, para o que contou a presença da cultura judaica por séculos, apesar da conturbada história de acolhimento e repulsa, perseguição, banimento e repressão inquisitorial.

O mais desafiador para entender o sebastianismo português talvez seja exatamente a constatação de que crenças assemelhadas, morfologicamente idênticas, estiveram disseminadas em diversos reinos, mas em Portugal elas encontraram terreno fértil e longo, espalhando-se por mares longínquos, chegando ao Brasil e certamente a outras partes do império. Houve sementes do Messias espalhadas por diversos reinos e ao longo dos séculos. Na península ibérica foi abrigada e alimentada pela conjugação de crenças e conjunturas políticas diversas. Em Portugal se estabeleceu, fincou raízes, imortalizou o rei e cristianizou o Messias.

Fontes e Bibliografia

AZEVEDO, João Lúcio de Azevedo. *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
BERCÉ, Yves-Marie. *O Rei Oculto. Salvadores e Impostores. Mitos Políticos Populares na Europa Moderna*. São Paulo: EDUSC/ Imprensa Oficial do Estado, 2003.

³⁴ Yves-Marie Bercé. *O Rei Oculto. Salvadores e Impostores. Mitos Políticos Populares na Europa Moderna*. São Paulo: EDUSC/ Imprensa Oficial do Estado, 2003.

³⁵ Frederico I *Barba Ruiva*, morreu na Terceira Cruzada, em 1190 e, pouco depois, surgiram nos Estados Alemães profecias que prediziam a vida de um Frederico futuro, *Imperador dos Últimos Dias*, destinado a terminar a obra inacabada. Cf. Norman Cohn. *Na senda do milênio. Milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade média*. Lisboa: Editorial Presença, 1981, p. 91.

- BUESCU, Ana Isabel. “Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino”. In: Yvette Kace Centeno. *Portugal: Mitos revisitados*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993, p. 9-50.
- COHN, Norman. *Na senda do milénio. Milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade média*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- CUNHA, Mafalda Soares da. “A questão jurídica na crise dinástica”. In: MATTOSO, José. (dir.). *História de Portugal. 3º volume: No alvorecer da modernidade*. Lisboa, Editorial Estampa, 1992.
- CRUZ, Maria Augusta Lima. *D. Sebastião*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- D’ANTAS, Miguel. *Os falsos D. Sebastião* (introdução e notas Sales Loureiro). Odivelas, Europress, s/d.
- EGIDO, Teófanos Egido. “Historiografía del messianismo de la Época Moderna”. In: Alfredo Alvar Esquerra; Jaime Contreras Contreras; José Ignacio Ruiz Rodríguez (eds.). *Política y cultura en la Época Moderna*. (cambios dinásticos, Milenarismos, messianismos y utopias). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2004, p. 461-474.
- ELLIOTT, John H. *La España Imperial*. Madrid: RBA Coleccionables, S. A., 2006.
- HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado. A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI-XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. “Um rei indesejado. Notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2010.
- _____. “Politics and diplomacy in the Portuguese crises. The candidacy of D. Antonio, Prior of Crato (1578-1580)”. In: *Giornale di Storia* (13), 2013.
- HERMIDA, Jacobo Sanz. “Cancioneros y profecias. Algunas notas sobre el messianismo durante el reinado de los Reyes católicos”. In: *Via-Spiritus*. Porto, n. 6, 1999.
- LIMA, Luís Filipe Silvério. *Sonhos do Império. Narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino*. São Paulo: Alameda, 2010.
- MILHOU, Alain. “Notas sobre o messianismo de Cristóvão Colombo”. In: *Novos Estudos*. São Paulo, março/1992.
- “*Profecias*” do *Bandarra*. Sapateiro de Trancoso. Apresentação de Antônio Carlos Carvalho. Lisboa: Vega, 1989.
- PÉREZ, Joseph. *La España del Siglo XVI*. Madrid: Espasa Calpe, 2001.
- QUEIROZ VELLOSO, J.M. *D. Sebastião. 1554-1578*. 3ª edição revista e ampliada. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1945.
- RUCQUOI, Adeline. “Mesianismo y milenarismo en la España medieval”. In: *Medievalismo*. Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales, 6, 1996, p. 9-31.
- SANDOVAL, Fray Prudencio de. *Historia de la vida y hechos del Emperador Carlos V. Máximo, fortísimo, Rey Católico de España y de las Indias y Tierra firme del mar Océano*. Pamplona, 1674.
- TAVARES, Maria José Ferro. *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa, Guimarães e C.ª Editores, 1979.
- _____. *Os judeus em Portugal no século XV*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, volume 1.
- _____. “O messianismo judaico em Portugal, 1ª metade do século XVI”. In: *Luso-Brazilian Review*, vol. 28, n. 1, Summer, 1991, p. 141-151.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. “A ideia imperial manuelina”. In: DORÉ, A. LIMA, L. F. S. SILVA, G. S. *Facetas do Império na História. Conceitos e métodos*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.



COSTA, Ricardo da, SALVADOR GONZÁLEZ, José María (coords.). *Mirabilia 21 (2015/2)*
Medieval and early modern Iberian Peninsula Cultural History (XIII-XVII centuries)
Cultura en la Península Ibérica Medieval y Moderna (siglos XIII-XVII)
Cultura na Península Ibérica Medieval e Moderna (séculos XIII-XVII)

Jun-Dez 2015/ISSN 1676-5818

- TÖPFER, Bernhard. “Escatologia e milenarismo”. In: Jacques le Goff; Jean-Claude Schmitt. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo Vainfas; HERMANN Jacqueline. “Judeus e converso na Ibéria no século XV: sefardismo, heresia, messianismo”. In: Keila Grinberg. *Os judeus no Brasil. Inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 15-41.
- VALDEÓN, Julio; PÉREZ; JULIÁ, Santos. *Historia de España*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2006.
- VENTURA, Margarida Garcez. *O Messias de Lisboa. Um estudo de mitologia política (1383-1415)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.